

IX

A busca da Sede ideal

O professor Alberto Deodato diz que “a nossa querida Faculdade andou por ceca e meca. Em Ouro Preto, funcionou em tôdas as salas da velha Escola de Farmácia. Esteve em um pardieiro do govêrno, anexo à Diretoria de Saúde Pública”, e, transferindo-se para Belo Horizonte, “foi esbarrar em enorme casarão da rua Cláudio Manoel n. 984, onde os amplos salões e enorme quintal abrigaram quarenta alunos”.

Começou aí a incansável busca da sede ideal. Na sessão de 8 de julho de 1898, uma comissão, constituída dos drs. Camilo de Brito, Teófilo Ribeiro e Sabino Barroso, deu parecer favorável ao projeto de construção sugerido pelo empreiteiro José Pereira Louro. Em 22 de julho de 1898 examinaram-se outras propostas, além daquela: João Albino da Costa e Aristides da Costa Junqueira; Bressane, Gomes & Cia.; Leonardo A. Gutierrez; Antônio Augusto Giestal; Francisco Ferreira da Silva; José Duarte da Costa Negrão e João Morani; A. Teixeira Rodrigues; José Francisco Condessa e João Brito; Empresa Construtora de Gallo e Zucco; Evaristo Lambelli e José Bartelotto e Barcala & Cia.

A escolha dos projetos era um problema. Sua solução estava condicionada, fundamentalmente, à capacidade dos fundos reunidos para o fim de realizar um dêles: os constantes dos juros de letras hipotecárias depositadas no Banco de Crédito Real de Minas Gerais e os resultantes do rendimento de 5% sobre o valor das apólices emitidas pelo Estado, em 1893, e doadas à Faculdade. Tudo isso orçava em 90 e poucos contos de réis. Mas o Congresso votára a favor do Instituto a verba de 100 contos e a soma disto serviria à realização do objetivo nova sede.

Em 24 de julho de 1898, considerava a Congregação que a proposta de A. Teixeira Rodrigues era melhor que as anteriores. Interessava é que a Faculdade tivesse um prédio melhor, que lhe custasse até 160 contos, como estava na sugestão do dr. Levin-

do Lopes. Mas o problema de melhores instalações já era tão grave que o dr. Teófilo Ribeiro propôs, em 6 de fevereiro de 1899, adquirir-se uma edificação construída, com o “intuito de apressar a aquisição do prédio próprio para a Faculdade, que, há mais de um ano, esforça-se para possuir um edifício, sem resultado algum prático”. Ao que o dr. Gonçalves Chaves, que entendia em contrário, indicou que o dr. Vice-Diretor (Henrique Sales) se entendesse com o dr. Secretário do Interior e o reitor do Ginásio Mineiro, a fim de conseguir que a Faculdade funcionasse, provisoriamente, em um de seus compartimentos, que ofereciam melhores acomodações do que o prédio atual” (o da rua da Bahia, esquina de Bernardo Guimarães, hoje almoxarifado da Guarda Civil). Tôdas estas discussões resultaram do fato de o Conde de Santa Marinha, último encarregado de concretizar o projeto, haver pedido “ser desligado do compromisso contraído para construir o edifício da Faculdade”, ao que acedera a direção, “em vista das razões apresentadas”.

Depois de muitos entendimentos, a firma Verdussen & Cia. executou a obra, sob a direção do engenheiro Bernardo de Figueiredo, um dos construtores da nova Capital, seguindo projeto do dr. Piffer.

Em 10 de abril de 1900 — já funcionando a Escola em seu prédio novo —, os empreiteiros requeriam à Congregação uma gratificação de 2 contos e 500 mil réis, alegando “prejuízos por causa do tempo chuvoso em que fizeram a construção”. A pretensão foi atendida porque — expôs o Conselheiro Afonso Pena, Diretor —, “tratando-se de empreiteiros que se esforçaram para corresponder aos desejos da Congregação, dotando a Faculdade com um regular edifício, eram atendíveis os motivos alegados”.

E ninguém melhor que o Conselheiro Diretor tinha enorme autoridade para dar parecer, pelo que se lê da informação da ata de 15 de junho de 1909, mais tarde gravada em placa de prata e afixada no saguão de entrada do edifício construído:

“Acta da sessão da congregação da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais, em 15 de junho de 1909, dia do falecimento do seu fundador, conselheiro Affonso Penna:

“O doutor Edmundo Lins quer trazer ao conhecimento da Congregação um facto que certamente não augmenta a benevolencia do saudoso fundador desta Faculdade, mas cuja narração deve constar da acta da presente sessão, como homenagem ao desinteresse e abnegação do extinto e como testemunha da inapagavel gratidão de seus companheiros de Faculdade. Votada a verba de cem contos de reis pelo Congresso Mineiro para construção do edificio da Faculdade nesta Capital, o govêrno do doutor Silviano Brandão não pode cumprir a auctorização legislativa, angustiada como era, a situação financeira do Estado de Minas. Como um dos meios de fazer face a essa crise, foi contrahido, por intermedio do Conselheiro Affonso Penna, um emprestimo para o Estado, na praça do Rio de Janeiro. O illustre mineiro, que nessa epoca não occupava posição official que lhe vedasse receber a comissão que lhe competia e que se elevava a mais de cento e vinte contos, recusou-se formalmente a toda e qualquer indenização pelo grande serviço prestado ao Estado, em hora tão apertada, e do doutor Silviano Brandão conseguiu que fosse paga a subvenção extraordinaria de cem contos à Faculdade, quantia que foi aplicada na construção deste edificio. É o que desejo que fique perpetuado nos annaes deste instituto”.

Verdade é que, se o “regular edificio” de 1900 foi, então, considerado utilíssimo, tornou-se, enfim, absoleto, após 58 anos de applicação. A velha Escola transferiu-se para o “Edificio Prof. Vilas Boas”, de sua propriedade, em julho de 1958, enquanto contratava com a Demolidora Esfinge a derrubada do cinquentenário “edificio novo”. Em seu lugar vai surgir, agora, a “Casa de Afonso Pena”, de linhas modernas e práticas, na tentativa de superar o problema das eternas seis salas de aulas e das dependências desambiciosas e simples.

A execução do projeto do arquiteto Décio Machado não fará esquecer, contudo, a obra de Verdussen; nem os melhoramentos que o Secretário das Finanças lhe proporcionou, em 1920, para receber o Rei Alberto; nem os velhos problemas de reformas de suas instalações, que occuparam a Garcia de Paiva & Pinto, em 1923, e que valeram a “fortuna” de 1 conto e 550 mil réis; nem as contribuições do dr. José Vieira Marques, em

1918, que lhe doou, quando Secretário do Interior, tribunas, mobiliário e lustres; nem os cuidados e os esforços de conservação que mereceu nos seus anos mais avançados.

E nenhum olvido atentaria contra a memória do agora velho prédio, de grades solenes até julho de 1912 e de jardins municipais que se construíram à retirada delas. Porque nada há-de opôr-se a que se recorde, a cada tempo, que a velha obra foi um retrato da obstinada perseverança dos que, antes de erigí-la, construíram esta enorme e imponente edificação institucional que é a Faculdade, história e tradição de nossa cultura jurídica.